

Especial

Economia azul
ganha espaço
no Brasil

PÁGINA 5

SOBERANIA

Fachin diz que
STF exercerá
funções sem
pressão externa

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, declarou ontem que a Corte vai continuar exercendo suas funções sem "pressões externas". As declarações do ministro constam em nota divulgada à imprensa após o anúncio do novo tarifaço dos Estados Unidos contra os produtos brasileiros. Entre as justificativas para adotar a medida, o governo norte-americano citou decisões do STF sobre as big techs, como a que determina que as plataformas precisam tirar do ar conteúdos ilegais sem precisar de ordem judicial. Fachin disse que o Supremo exerce suas funções com base na Constituição brasileira e que as decisões do tribunal são públicas e fundamentadas na lei. **PÁGINA 6**

R\$ 100 BILHÕES

Dívidas rurais:
MP prevê
punições
contra fraudes

O governo federal editou uma Medida Provisória (MP) para permitir a renegociação de cerca de R\$ 100 bilhões em dívidas rurais. Assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Fazenda Dario Durigan, o texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União de quarta-feira e traz punições para quem usufruir ilegalmente dos benefícios. A MP prevê a criação de um fundo semelhante ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dotado de recursos financeiros para, eventualmente, cobrir operações de crédito rural contratadas por produtores afetados por eventos climáticos adversos, dando garantias às instituições financeiras. **PÁGINA 7**

COMÉRCIO

Vendas no varejo crescem 0,1% em maio

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 0,1% em maio, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de uma queda de 1,6% na passagem de março para abril. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) foram divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na média móvel trimestral, houve uma queda de 0,2%. Nos demais tipos de comparação, no entanto, o varejo apresentou avanços: de 0,4% na comparação

com maio do ano passado, de 1,7% no acumulado do ano e de 1,4% no acumulado de 12 meses. “No ano de 2026, o varejo vem crescendo a maioria do tempo”, afirma o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. “Apenas abril apresentou resultado no campo negativo”. A alta de 0,1% de abril para maio foi puxada por cinco dos oito setores pesquisados: livros, jornais, revistas e papelaria (15,2%), tecidos, vestuário e calçados (3,1%), móveis e eletrodomésticos (2,7%). **PÁGINA 2**

TARIFAÇO

Vieira diz que os EUA queriam a
submissão do governo brasileiro

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O ministro das Relações Exteriores do Brasil, chanceler Mauro Vieira (**foto**), afirmou que os Estados Unidos (EUA) buscaram uma “capitulação” do governo brasileiro durante as negociações sobre o tarifaço por meio da exigência de abertura completa de mercados do país sem qualquer contrapartida. Em declaração à imprensa, ontem, Viera afirmou que o governo dos EUA está incomodado com o fato de o Brasil “não ter se curvado às pretensões desmedidas e às demandas irrazoáveis apresentadas no curso das negociações”. “Cito como exemplo demandas de abertura total, irrestrita e exclusiva aos EUA de setores inteiros da economia brasileira, sem qualquer contrapartida para os produtos brasileiros. Em outras palavras, exigiam a capitulação”, afirmou Vieira. Quarta-feira, os EUA anunciaram uma tarifa adicional de 25% em parte dos produtos brasileiros alegando práticas “desleais” no comércio por parte do Brasil. O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para o tarifaço. Ainda na declaração de ontem, Vieira rebateu a postagem do secretário do Departamento de Estado dos EUA, Marco Rubio, em uma rede social. Rubio disse que a falta de acordo entre Brasil e EUA teria sido devido ao “ego” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O que Rubio chama de ego nada mais é do que a convicção inabalável do presidente Lula na defesa da soberania brasileira e dos interesses das nossas empresas e de nossos trabalhadores”, rebateu Mauro Vieira. **PÁGINA 8**

JOÉDSON ALVES/ABRASIL



Novo tarifaço dos
EUA atinge 18% das
exportações brasileiras

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa (**foto**), afirmou ontem, que a nova tarifa anunciada pelos Estados Unidos deverá atingir cerca de 18% das exportações brasileiras destinadas ao mercado norte-americano, o equivalente a US\$ 7,4 bilhões, considerando os embarques registrados em 2024. Segundo ele, se considerada a pauta exportadora de 2025, a participação dos setores alcançados pela medida cai para 15% das vendas aos Estados Unidos, correspondendo a US\$ 5,8 bilhões. “Nós vamos ter cerca de 18% das nossas exportações para os EUA atingidas, o que corresponde a US\$ 7,4 bilhões de dólares. Isso levando em conta o ano de 2024, antes, portanto, do início do tarifaço. Se considerarmos 2025, a participação desses setores atingidos por esse tarifaço indevido, 4,8% ou US\$ 5,8 bilhões. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA -1,24% / 173.825,27 / -2.185,63 / Volume: 19.376.394.632 / Negócios: 3.252.483											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
CPL3	14,60	-2,80	-0,42	AZEV3F	1,67	+12,84	+0,19	ONCO11	0,030	-40,00	-0,020
ANIM3	2,11	+9,33	+0,18	FSRF11F	0,09	+12,50	+0,01	ONCO11F	0,080	-20,00	-0,020
B3SA3	15,39	-1,91	-0,30	AZEV3	1,64	+12,33	+0,18	ARND3	0,540	-14,29	-0,090
ABEV3	15,60	+0,19	+0,03	ANIM3F	2,14	+10,88	+0,21	GPAR3	10,51	-12,42	-1,49
ONCO3	0,850	-4,49	-0,040	ANIM3	2,11	+9,33	+0,18	EPAR3F	1,320	-10,81	-0,160
									Dow Jones	52.552,97	-0,20
									S&P 500	7.533,77	-0,51
									US Tech 100	28.111,2	-2,08
									Euronext 100	1.920,53	+0,28
									CAC 40	8.377,86	-0,05
									FTSE 100	10.572,24	+0,54
										Salário mínimo	R\$ 1.621,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,9604
										Taxa Selic	14,25%
										(17/06)	
										TR	0,1719%
										(17/07)	
										Poupança	0,6728%
										(17/07)	
										IGP-M	-0,50% (jun.)
										IPCA-15	0,16% (jun.)
										CDI	14,75%
										(17/06)	
										OURO	R\$ 656,03
										BM&F/grama/RJ	
										EURO Comercial	Compra: 5,8319 Venda: 5,8325
										DÓLAR turismo	Compra: 5,1252 Venda: 5,3052
										DÓLAR comercial	Compra: 5,0975 Venda: 5,0983
										DÓLAR turismo	Compra: 5,0977 Venda: 5,0983
										DÓLAR turismo	Compra: 5,1252 Venda: 5,3052

MERCADOS



Bovespa recua com cautela sobre tarifaço e mau humor em NY

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou a trajetória negativa iniciada na quarta-feira, sob o temor dos desdobramentos da confirmação do novo tarifaço americano ontem e do mau humor no exterior. O Ibovespa (Índice Bovespa) perdeu mais de 2 mil pontos e, assim como na sessão anterior, na máxima de 176.011 pontos, o principal índice da B3 não conseguiu passar da estabilidade, com as principais blue chips, tanto commodities quanto setor financeiro, tendo apresentado queda firme.

A confirmação da taxa de 25% sobre produtos brasileiros pelos EUA era amplamente esperada, assim como a lista de exceções, mas ainda assim o mercado reagiu mal. A medida entra em vigor no dia 22. A avaliação da equipe econômica é de que o impacto econômico é irrelevante e, por isso, não deve haver retaliação. Entretanto, dada a pressão que empresários dos setores taxados devem fazer pela aplicação da Lei de Reciprocidade, há temor de guerra comercial.

Na reta final da sessão, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, sinalizou sobre essa possibilidade. "O governo, no momento adequado, saberá como implementar lei da reciprocidade", disse, acrescentando que a Apex e o BNDES vão se empenhar para o Brasil conquistar novos mercados.

O Ibovespa tocou mínimas à tarde, acompanhando a piora dos índices em Wall Street, por sua vez penalizados pelas

tensões no Oriente Médio, balanços corporativos e perdas das ações de tecnologia, além de falas "hawkish" de dirigentes do Federal Reserve. No piso do dia, o índice da B3 recuou 1,41%, a 173.537 pontos.

As ações da Petrobras ampliaram a queda também na segunda etapa para perto de 2%, em linha com o recuo do petróleo e receios sobre desdobramentos do tarifaço. O papel PN recuou 1,72% e o ON, -1,95%. Vale fechou em baixa de 2,05%, em meio à queda do minério de ferro. Entre os bancos, Itaú Unibanco PN caiu 1,37% e Bradesco PN cedeu 1,02%.

O Ibovespa fechou em baixa de 1,24%, aos 173.825,27 pontos, acentuando as perdas da semana para 2,27%. O giro financeiro somou R\$ 19,06 bilhões. Em julho, acumula ganho de 1,05% e em 2026, de 7,88%.

DÓLAR

O dólar exibiu alta firme frente ao real ontem, e flertou com fechamento na casa de R\$ 5,10. A aversão ao risco no exterior, em um quadro de desconfiança com o setor de inteligência artificial (IA) e de incertezas em torno do desenrolar da guerra no Oriente Médio, levou à valorização global da moeda americana.

Com máxima de R\$ 5,1139, à tarde, o dólar à vista terminou o dia em alta de 0,4%, cotado a R\$ 5,099. A moeda americana ainda recua 0,18% frente ao real na semana, o que leva a desvalorização acumulada em julho a 1,24%, após avanço de 2,38% no mês passado. No ano, as perdas são de 7,11%.

CNI, FIESP E FIEMG

Indústria brasileira repudia taxaço dos Estados Unidos

O governo dos Estados Unidos anunciou na madrugada (horário de Brasília) de ontem a nova taxaço de 25% sobre produtos brasileiros e as entidades que representam vários setores da indústria brasileira reagiram fortemente à medida determinada pelo presidente Donald Trump.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgou comunicado no qual "lamenta com profunda preocupação a aplicação de uma sobretaxa às exportações de produtos brasileiros ao mercado norte-americano".

"A decisão é especialmente prejudicial por se limitar de forma unilateral ao Brasil, o que reduz significativamente a competitividade do país perante concorrentes globais", diz a Fiesp. A entidade reafirmou também o "seu compromisso com a diplomacia empresarial e seguirá trabalhando de forma construtiva junto a parceiros nos EUA para que as tarifas sejam revertidas ou parcialmente mitigadas na ampliação da lista de isenções".

FIEMG

Quem também se manifestou sobre a taxaço norte-americana sobre a economia brasi-

leira foi a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

"A Fiemg manifesta profunda preocupação com o recente aumento das tarifas aplicadas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros".

Em sua manifestação, a Fiemg reforçou a "importância do diálogo e da cooperação entre os países, especialmente em um momento em que se exige serenidade e responsabilidade nas relações comerciais internacionais".

A entidade da indústria mineira declarou ainda que os Estados Unidos são um parceiro estratégico para o país, "em especial para a indústria manufatureira nacional".

CNI

Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também criticou a aplicação de taxas contra o Brasil, determinada pelo governo dos EUA.

"Os efeitos do aumento de tarifas dos Estados Unidos estão sendo cada vez mais sentidos pela indústria brasileira: 20 dos 27 estados reduziram suas exportações ao mercado norte-americano no primeiro trimestre", afirmou Alban.

COMÉRCIO

Vendas no varejo crescem 0,1% de abril para maio

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 0,1% em maio, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de uma queda de 1,6% na passagem de março para abril. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) foram divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média móvel trimestral, houve uma queda de 0,2%. Nos demais tipos de comparação, no entanto, o varejo apresentou avanços: de 0,4% na comparação com maio do ano passado, de 1,7% no acumulado do ano e de 1,4% no acumulado de

12 meses.

"No ano de 2026, o varejo vem crescendo a maioria do tempo", afirma o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. "Apenas abril apresentou resultado no campo negativo".

A alta de 0,1% de abril para maio foi puxada por cinco dos oito setores pesquisados: livros, jornais, revistas e papelaria (15,2%), tecidos, vestuário e calçados (3,1%), móveis e eletrodomésticos (2,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e combustíveis e lubrificantes (1,1%).

Por outro lado, três setores apresentaram queda: equipa-

mentos e material para escritório, informática e comunicação (-1,7%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,3%).

VAREJO AMPLIADO

O varejo ampliado, que também inclui materiais de construção e o setor de veículos e peças, por outro lado, caiu 0,2%. Os materiais de construção cresceram 2,1%, enquanto os veículos e peças avançaram 1,8%.

O comércio varejista ampliado também teve quedas de 0,3% na média móvel trimestral e de 0,6% na comparação com maio

de 2025. No acumulado do ano, o setor apresentou alta de 1,3%. Já no acumulado de 12 meses, o crescimento foi 0,1%.

RECEITA NOMINAL

A receita nominal do varejo cresceu 0,1% na comparação com abril deste ano, 4,4% em relação a maio de 2025, 4,2% no acumulado do ano e 4,8% no acumulado de 12 meses.

Considerando-se o varejo ampliado, a receita nominal teve altas de 0,4% na passagem de abril para maio, de 2,3% na comparação com maio do ano passado, de 3% no acumulado do ano e de 2,8% no acumulado de 12 meses.

GARANTIAS HONRADAS

União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas de estados e municípios

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em junho, segundo o Relatório Mensal de Garantias Honradas divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao todo, foram quitados débitos em atraso de três governos estaduais e de quatro prefeituras.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional em junho foram:

- Rio de Janeiro: R\$ 573,70 milhões;
- Rio Grande do Sul: R\$ 73,06 milhões;
- Rio Grande do Norte: R\$ 7,11 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram dívidas pagas pela União as prefeituras de Taubaté (SP), com R\$ 29,23 milhões; São Gonçalo do Amarante (RN), com R\$ 13,11 milhões; Paraná (TO), com R\$ 106,97 mil; e Santanópolis (BA), com R\$ 67,19 mil.

O valor coberto pelo governo federal para as dívidas não honradas pelos municípios somou R\$ 42,51 milhões em junho.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,42 bilhões para hon-

rar garantias concedidas em operações de crédito contratadas por estados e municípios. Essas garantias são acionadas quando estados ou municípios deixam de pagar parcelas de empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Nesses casos, a União quita a obrigação perante o credor e passa a buscar o ressarcimento dos valores por meio das contragarantias previstas nos contratos.

De acordo com o Tesouro, dos R\$ 89,42 bilhões honrados pela União desde 2016, aproximadamente R\$ 79,70 bilhões estão relacionados ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou a saldos de contratos administrados pela STN.

Nesses casos, os montantes pagos pela União são refinanciados em contratos de longo prazo, em vez de serem recuperados imediatamente por meio da execução das contragarantias.

RECUPERAÇÃO FISCAL

Atualmente, apenas o Rio Grande do Sul permanece no RRF. Esse mecanismo foi criado para auxiliar estados com elevado desequilíbrio financeiro.

Goiás, Minas Gerais e o Rio de Janeiro deixaram o regime após terem aderido ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) – que prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos.

Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF). Esse fundo distribuirá recursos para investimentos em educação, segurança pública, saneamento, habitação e transportes, entre outras áreas.

PENDÊNCIAS

O relatório informa, ainda, que parte dos valores honrados continua pendente de recuperação por causa de decisões judiciais ou processos de refinanciamento.

Entre os casos com bloqueio judicial estão os municípios de Taubaté (SP), São Gonçalo do Amarante (RN) e Caucaia (CE), que somam R\$ 406,64 milhões em valores ainda não recuperados pela União.

RECUPERAÇÃO

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – re-

presentada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários – como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos.

Sobre as obrigações em atraso incidem ainda juros, mora e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.

Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias pela adoção de regimes de recuperação fiscal, por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução ou por legislações de compensação das dívidas.

JÚLIO CÉSAR SILVA/MDIC



Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.057/2026 - (231/2026)

O Pregoeiro Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.057/2026 - (231/2026) no dia 29/07/2026 às 11h. **Objeto:** **Aquisição de** **Materiais hospitalares para Hemodinâmica (stents coronários):** (STENT CORONÁRIO RECOBERTO PARA PERFURAÇÃO CORONÁRIA; STENT FARMACOLÓGICO DIÂMETRO 2,5 MM E COMPRIMENTO 8 MM A 38 MM, COM DROGA ELUÍDA EM SIROLIMUS, EVEROLIMUS OU ZOTAROLIMUS, SISTEMA RX, EM CROMO COBALTO OU SIMILAR COM ESPESSURA DE 60 A 100 MICRONse etc.) Processo nº 33409.008565/2025-68. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS DO AÇU LTDA
CNPJ 39.485.999/0001-41
AUDITORIA AMBIENTAL

A Terminal de Combustíveis Marítimos do Açú Ltda. toma público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 03/07/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2026, referente à atividade de transferência de óleo diesel marítimo e óleo combustível marítimo, e informa que o referido relatório estará à disposição para consulta na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 2605, Botafogo, no município do Rio de Janeiro, no período de 23/07/2026 a 23/08/2026, no horário das 9h às 18h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/002.386/2016).

CONCESSÃO DE LICENÇA

A Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, CNPJ nº 34.075.739/0153-78, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbanístico e Licenciamento - SMDU, através do processo EIS-PRO-2023/09687, a Licença Municipal de Operação nº 64/2026 da empresa situada na Rua General Olímpio, nº100, Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ.

Diário do Acionista

Tel.: (21) 99122-4278

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

CASA DA MOEDA DO BRASIL

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL – CNPJ 34.164.319/0005-06 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2024/14434, Autorização Ambiental Municipal nº 5/2026, com validade de 24 meses, a contar de 13/07/2026, para Planta de Refino de Metais Nobres, localizada no Parque Fabril da Casa da Moeda, na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 185/2026

O Pregoeiro André Luís Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 185/2026 no dia 29/07/2026 às 14h00min. **Objeto:** **Aquisição de Materiais Hospitalares – Contrastes Radiológicos:** (CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA A BASE DE GADOLÍNEO TENDO COMO PRINCÍPIOS ATIVOS: GADOBENATO DE DIMEGLUMINA, GADOBUTROL, ÁCIDO GADOTÉRIO, GADOTERIDOL, CONCENTRAÇÃO 0,5 MMOL/ML OU 1MMOL/ML, INJETÁVEL, FRASCO 7,5 ML OU 15 ML; CONTRASTE MICROBOLHAS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE 8 MCL/ML; CONTRASTE NAO - IONICO COM 350MG - 370MG DE IODO /ML PARA HEMODINAMICA - 100 ML FR. e etc.) Processo nº 33409.000193/2026-11. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MÉRITO EMPREENDEIMENTOS S.A. CNPJ/MF Nº 58.022.153/0001-10			
Demonstração de Mutação do Patrim�nio Líquido (Valores Expressos em Reais - R\$)			
		Capital Subscrito	Reserva de Capital
Saldo em 31/12/2023		78.039.960	254.534.436
Prezui�o Líquido do Exercício			
Saldo em 31/12/2024		78.039.960	254.534.436
Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Metodo Direto em 31/12/2024			
		Dez/2024	Dez/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		-658.995	-685.411
Pagamentos a Fornecedores e Empregados		-658.995	-685.411
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		-658.995	-685.411
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-658.995	683.738
Recebido por Amortização de Investimentos		-658.995	683.738
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento		-658.995	683.738
Diminuição Líquida ao Caixa e Equivalentes de Caixa		-	(1.673)
Caixa e Equivalentes de Caixa no In�cio do Período		333	2.006
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		333	333
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis: 1.Contexto Operacional: A sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a implementação da cobrança dos denominados créditos de liquidação contra terceiros, aportados para integração de seu Capital Social. Complementa o objeto da empresa a administração de seus imóveis. 2.Sumário das Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, as quais a partir da extinção da correção monetária do balanço pela lei 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários. As principais práticas contábeis são como segue: (A) Apuração: A apuração do resultado � através do regime de competência dos exercícios. (B) Créditos a Receber: Os valores a receber estão demonstrados por seus valores atualizados monetariamente, até a data do Balanço encerrado em 1995, exceto os Créditos de D�f�cil Recebimento, que estão demonstrados por seu valor original de ingresso na sociedade, devido às circunstâncias que originaram o seu recebimento por parte da Companhia. (C) Ajuste ao Valor presente: A companhia entendeu por não reconhecer o ajuste a valor presente dos créditos, tendo em vista as questões de ordem prática que envolvem este cálculo, inclusive o prazo para o recebimento. 3.Capital Social: O Capital Social original total é de 456 milhões de ações ordinárias e preferenciais, sendo que em 31/12/2024 são representadas por 370.442.969 ações, cada uma com o valor patrimonial de R\$ 0,3447, devido a recompra mediante permutas de 85.557.031 ações preferenciais. 4.Ações em Tesouraria: A empresa procedeu anteriormente a recompra de 85.557.031 ações preferenciais, sendo ainda que			
Demonstração do Resultado dos Exercícios (Valores expressos em Reais - R\$)			
		2024	2023
Operações em Continuidade			
Despesas Operacionais		(626.789)	(656.569)
Despesas Administrativas		307.999	377.843
Despesas com Pessoal		292.702	273.741
Despesas Tributárias		26.088	4.985
Resultado Equiv. Patrimonial		(109.620)	(1.319.165)
Resultado Antes Desp e Receitas Financeiras		(736.409)	(1.975.734)
Despesa e Receita Financeira		6.406	72
Despesas Financeiras		6.406	(82)
Receitas Financeiras		-	154
Resultado Antes do CSLL e do IRPJ		(742.815)	(1.975.662)
Preju�o Contábil Liq. Antes Contr Social		(742.815)	(1.975.662)
Contribuição Social		-	-
Preju�o Contábil Liq. Antes Imposto Renda		(742.815)	(1.975.662)
Imposto de Renda		-	-
Resultado Líquido Operações Continuidade		(742.815)	(1.975.662)
existem mais 150 milhões de ações ordinárias que estão lançadas como INVESTIMENTOS COMPROMISSADOS, perfazendo um total de 235.557.031 ações de sua emissão em tesouraria, correspondente a 51,66% das 456 milhões de ações que constituem a totalidade do capital social. 5. Investimento em Coligadas: A empresa tem investido em 31/12/2024 o valor de R\$ 3.491.973,61 Junto a Vin�te e Oito de Agosto Administração e Participações Ltda. Os investimentos relevantes em sociedade coligadas e controladas sobre os quais a companhia tem influencia na administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Vin�te e Oito de Agosto Adm. e Participações Ltda. Capital - 98.473.708; Reserva de Capital - 21.991.588; Valor do Investimento - 50.473.716; Preju�o Acumulado - 69.991.581; Quantidade de Quotas - 4.426.819; % de Participação - 99,999978.			
Antonio Barboza Vilhena - Dir. Presidente Marcio Jorge A. Lopes - Dir. Financeiro/ Antonio José Molon - TC CRC 1SP 0457950-3			

Elera Renováveis Participações S.A. CNPJ/MF n� 09.417.715/0001-19											
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	378	1.907	236.670	241.746							
Contas a receber de clientes	-	-	295.668	225.887							
Contas a receber - Partes relacionadas	18.515	82	93.120	212.002							
Despesas antecipadas	7	9	13.411	7.059							
Dividendos a receber	15.838	32.318	18.567	9.329							
Contratos de comercialização de energia	-	-	382.803	260.838							
Estoques	-	-	34.880	32.625							
Impostos e contribuições a recuperar	27.566	27.604	103.526	92.489							
Outras contas a receber	1	1	5.959	6.011							
Total do ativo circulante	62.305	61.921	1.184.604	1.087.986							
Não circulante											
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	28.432	26.469							
Depósitos judiciais	233	162	31.642	27.315							
Contratos de comercialização de energia	-	-	22.721	80.253							
Uso do Bem Público (UBP)	-	-	13.747	14.068							
Contas a receber - Indenização	-	-	79.283	79.283							
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	375	-							
Ativo financeiro da concessão	-	-	18.799	17.889							
Investimento	1.131.522	1.237.080	57.006	67.514							
Imobilizado	-	-	2.691.914	2.821.510							
Ativo de direito de uso	-	-	22.206	29.323							
Intangível	-	-	46.430	60.676							
Total do ativo não circulante	1.131.755	1.237.242	3.012.555	3.224.300							
Total do ativo	1.194.060	1.299.163	4.197.159	4.312.286							
Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	1.825.188	1.596.431							
Custo de geração de energia	-	-	(1.371.978)	(1.076.723)							
Marcação a mercado dos contratos de energia	-	-	(12.232)	(18.598)							
Lucro bruto	-	-	440.978	501.110							
Receitas (despesas) operacionais	(1.901)	(2.411)	(7.775)	(133.943)							
Despesas administrativas e gerais											
Resultado com equivalência patrimonial	125.882	128.011	18.676	18.658							
Outras (despesas) receitas operacionais	(75)	(18)	(7.051)	(65.647)							
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	123.906	125.582	3.850	(180.932)							
Resultado financeiro											
Receitas financeiras	38	461	47.871	34.283							
Despesas financeiras	(270)	(61.096)	(298.415)	(229.175)							
	(232)	(60.635)	(250.544)	(194.892)							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	123.674	64.947	194.284	125.286							
Imposto de renda e contribuição social											
Corrente	-	-	(34.881)	(34.435)							
D�ferido	-	-	3.687	15.576							
Demonstrações das Mutações do Patrim�nio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações das Mutações do Patrim�nio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Transações de Capital		Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do patrim�nio líquido
	Capital social	capital									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.885	(15.042)	59.577	166.799	766.743	(696)	-	1.275.266	483.285	1.758.551	
Redução de capital para acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.140)	(143.140)	
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	-	-	(44.000)	-	-	-	(44.000)	-	
Declaração de dividendos para acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.726)	(62.726)	
Amortização reserva de reavaliação	-	-	-	-	(22.197)	-	-	22.197	-	-	
Resultado líquido do hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	696	-	696	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	64.947	64.947	41.480	106.427
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(16.236)	(16.236)	(9.182)	(25.418)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	70.908	-	-	(70.908)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	297.885	(15.042)	59.577	193.707	744.546	-	-	1.280.673	309.717	1.590.390	
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(113.456)	(113.456)	-	(113.456)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	-	-	(193.707)	-	-	-	(193.707)	-	(193.707)
Declaração de dividendos para acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.795)	(60.795)	
Amortização reserva de reavaliação	-	-	-	-	(22.196)	-	-	22.196	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	123.674	123.674	39.416	163.090
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	32.414	-	-	(32.414)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	297.885	(15.042)	59.577	32.414	722.350	-	-	1.097.184	288.338	1.385.522	
Carlos Gustavo Nogari Andrioli Diretor CPF: 861.403.379-68				Ricardo Motoyama de Almeida Diretor CPF: 220.287.038-57				Paulo Junior da Silva Feliciano Contador - CRC-RJ 109.435/O-3			

As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.

PLAYBOY

Thiago Brennand é condenado a 31 anos de prisão por estupro

O playboy Thiago Brennand foi condenado pela Justiça de São Paulo a 31 anos, cinco meses e 24 dias de prisão, em regime fechado, pelos crimes de agressão e estupro contra sua ex-companheira. Ele também a obrigou a tatuar as iniciais dele no corpo.

A decisão foi tomada pela 1ª Vara de Porto Feliz (SP), que ainda o condenou a pagar uma indenização de R\$ 100 mil à vítima.

Brennand foi condenado por constrangimento ilegal, lesão corporal, estupro e coação no curso do processo, divulgação de cena de estupro e registro não autorizado de ato sexual.

Os vários crimes cometidos por Brennand contra a ex-companheira aconteceram em 2021 e foram tornados públicos em 2022. Antes disso, o playboy ficou conhecido após agredir uma outra mulher em uma academia de ginástica. A violência foi registrada pelas câmeras do estabelecimento, e as imagens foram divulgadas na mídia e redes sociais.

A condenação desta semana é um revés para Thiago Brennand, que foi absolvido na semana passada em outro processo em que foi condenado em primeira instância por prática de estupro e ameaça à

vítima.

Neste caso, segundo o processo, Brennand foi acusado de conduzir a mulher para um hotel enquanto ela estava fora de si e praticar sexo sem consentimento. Ele havia sido condenado a oito anos de prisão e também ao pagamento de R\$ 200 mil por danos morais.

O criminoso foi absolvido, em 2024, de uma outra acusação de estupro de uma massagista. O caso aconteceu em 2022 e Brennand havia sido condenado a oito anos de prisão.

O playboy está preso na Penitenciária Álvaro de Carvalho 2, em Potim, interior de São Paulo.

AGOSTO DE 2021

O episódio que resultou em nova condenação de Brennand aconteceu em agosto de 2021. A mulher morava nos Estados Unidos e viajou para rever os pais em Recife (PE). O playboy a convidou para visitá-lo e a apanhou no aeroporto, em São Paulo. Ele a levou para o condomínio, em Porto Feliz, e o que se seguiu foram três dias do que ele chamou de "horror".

Ela teria sido obrigada a fazer sexo sem preservativo e teria sido agredida por recusar.

DOENÇA

SP tem 1º caso de gripe aviária em ave silvestre em 2026

GEOVANNA HORA/AE

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (LFDA-SP), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, confirmou na quarta-feira passada, o primeiro caso de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) no Estado em 2026.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) afirmou, em nota, que a doença foi diagnosticada em uma irerê que havia sido resgatada em uma área urbana e encaminhada ao zoológico

de Guaíra, município pertencente ao Departamento Regional de Barretos.

O material para análise foi coletado pela Defesa Agropecuária, órgão da SAA, em 8 de julho. A IAAP é uma forma de gripe aviária que provoca doença grave e alta mortalidade em aves.

Diante do caso, a Defesa Agropecuária adotou medidas sanitárias, incluindo a interdição do trânsito de animais no zoológico e a investigação epidemiológica e vigilância ativa em três granjas existentes em um raio de 10 quilômetros do local do foco. Dessas, duas estão em período de vazio sanitário e

não têm aves em suas dependências.

O órgão afirmou que o consumo de aves e ovos não transmite a doença. Segundo a SAA, em humanos, a infecção ocorre principalmente por contato direto com aves infectadas. Por isso, a população deve seguir as orientações do Serviço Veterinário Oficial (SVO) e não tocar em aves que possam apresentar sinais clínicos.

A Defesa Agropecuária deve ser acionada imediatamente caso ocorra alguma suspeita da doença ou identificação de aves mortas.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) tam-

bém acompanha o cenário da gripe aviária no Estado, em conjunto com a SAA e com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil).

A pasta elaborou em 2023 e atualizou em 2025 o Plano de Contingência para coordenar ações para o enfrentamento em casos de influenza aviária em humanos.

Até o momento, o Estado não registrou nenhum caso da doença em humanos. "A pasta está realizando, também, o monitoramento dos municípios envolvidos na notificação do caso mencionado", afirmou,

VIOLÊNCIA

Spray de pimenta para mulher é medida paliativa, diz promotora

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A aprovação do projeto de lei que autoriza a comercialização, a compra e a posse de spray de pimenta para mulheres acima de 16 anos em todo o país como medida de defesa pessoal, trata-se de apenas uma medida paliativa e não uma política real ou segura de segurança pública.

A afirmação é da promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e presidente do Instituto Pró-Vítima, Celeste Leite dos Santos.

O texto segue para sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dos 18 anos a mulher pode comprar o spray livremente, mas deverá apresentar documento oficial com foto, comprovante de residência e certificado de que não possui antecedentes criminais.

O volume máximo do frasco será de 50 ml e as lojas credenciadas deverão registrar os dados da compra e emitir nota fiscal para controle do produto. O texto diz que o spray poderá ser utilizado de forma "moderada" para repelir agressão "injusta, atual ou iminente". Em caso de roubo ou furto do spray, a dona deverá registrar boletim de ocorrência em até 72 horas.

"Essa é uma medida de "policulismo penal", que gera na população uma falsa sensação de segurança sem considerar as consequências práticas. O uso do spray cria a ilusão de que a mulher pode se defender facilmente, mas seu manuseio não é simples e exige treinamento específico", disse.

Ela exemplificou que, se dispendido contra o vento, o produto pode voltar contra a própria



DIVULGAÇÃO

mulher, tornando-a ainda mais vulnerável. Se utilizado a menos de um metro de distância, o agressor pode tomar o spray da vítima. Além disso, o tipo de spray, que pode ser em jato ou em névoa modifica a forma de uso. E em ambientes fechados o uso é desaconselhável, pois pode atingir a própria usuária e terceiros.

A promotora também alerta para o risco de inversão de papéis, com a vítima podendo ser punida caso utilize o spray de forma desproporcional ou atinja terceiros.

"Nesses casos ela pode estar sujeita a pena administrativa com o pagamento de multas de um a dez salários mínimos. Pode ainda responder na área civil sendo responsabilizada pelos danos causados, ou na esfera criminal, por lesão corporal ou res-

posta desproporcional", disse.

Para Celeste, além dos documentos exigidos no ato da compra, a compradora deveria apresentar, obrigatoriamente, um certificado de realização de treinamento técnico específico para o manuseio do spray. Ela critica o fato de o governo liberar a venda sem definir quem ministrará esse treinamento.

Embora explique que o spray deva ser estritamente para legítima defesa (reação a uma agressão injusta, atual ou iminente), principalmente em locais ermos, onde fica clara a intenção de estupro ou roubo, a promotora enfatiza que há outras maneiras de defesa pessoal, inclusive preventivas.

"Também são forma de defesa manter uma postura segura, observar a movimentação da rua antes de entrar em casa ou

no carro. Adotar uma postura corporal firme no metrô ou transporte coletivo, com a cabeça erguida, olhar direto e base corporal pronta para fuga ou reação, por exemplo, demonstra atenção e inibe a aproximação de agressores de forma indireta. Mas há também técnicas de defesa pessoal que permitem se desvencilhar do agressor", afirmou.

Celeste ressaltou que quando se trata de atender às demandas das mulheres por segurança, os Três Poderes têm falhado.

"O Legislativo falha porque não avança em garantir a igualdade; o Judiciário porque muitas vezes não está preparado para lidar com as vítimas, gerando revitimização; e o Executivo por não implementar políticas públicas estruturadas de prevenção", finalizou.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES ÚNICAS DA CLASSE SÊNIOR E DA SÉRIE ÚNICA DA CLASSE SUBORDINADA DA 107ª (CENTÉSIMA SÉTIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da Série Única da Classe Sênior e da Série Única da Classe Subordinada da 107ª (Centésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 20 e seguintes do "Termo de Securitização de Créditos da Série Única da Classe Sênior e da Série Única da Classe Subordinada da 107ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Créditos Devidos por Bela Vista Residencial Incorporações SPE LTDA., Parque dos Ipês Residencial Incorporações SPE LTDA., Porto Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários LTDA., Porto Jacarandá SPE Empreendimentos Imobiliários LTDA., Porto Maranata Incorporações SPE 1 LTDA. e Porto Araras II SPE Empreendimentos Imobiliários LTDA.", celebrado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 36.11.876/0004-34 ("Agente Fiduciário") e a Emissora, a se reunir em **05 de agosto de 2026, às 15:00 horas**, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii), do *Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada Da Porto Araras II Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.* ("Termo de Emissão Porto Araras II"), em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de entrega das Certidões Estadual e Municipal Negativas, referentes ao primeiro trimestre de 2026, em decorrência da transferência da sede da empresa de Nova Lima/MG para Goiânia/GO, conforme previsto na Cláusula 14.1, alínea (xv) do Termo de Emissão Porto Araras II; (v) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii), dos Termos de Emissão, em razão do não entrega das certidões anteriores ao primeiro trimestre de 2026, conforme previsto na Cláusula 14.1, alínea (ii) dos Termos de Emissão; (vi) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii) dos Termos de Emissão, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação das Fiduciárias notificar os adquirentes das unidades dos Empreendimentos acerca da Cessão Fiduciária ("Notificação de Cessão"), conforme previsto na Cláusula 1.6 do *Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios ("Cessão Fiduciária")*, conforme aditado; (vii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii), dos Termos de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação de realizar semestralmente o aditamento a Cessão Fiduciária, com consequente alteração dos Anexos II e III, conforme previsto na Cláusula 1.7 da Cessão Fiduciária; (viii) Caso aprovado o item (vii) acima da Ordem do Dia, aprovar o prazo adicional de 10 dias, contados da realização desta Assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada; (ix) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii), dos Termos de Emissão, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de envio das demonstrações financeiras não auditadas referentes ao exercício social encerrado em 2024, do *Instrumento Holding Campos Vertentes*, conforme previsto na Cláusula 12.6.11 dos Termos de Emissão; (x) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii) dos Termos de Emissão, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de entrega das demonstrações financeiras não auditadas, referentes ao exercício social encerrado em 2025, dos *avaliistas Holding Campos Vertentes e Holding TCB*, conforme previsto na Cláusula 12.6.11 dos Termos de Emissão; (xi) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii), dos Termos de Emissão, em razão da entrega intempestiva das demonstrações financeiras não auditadas em 2024, do *exercício social encerrado em 2024*, das demonstrações financeiras não auditadas em 2024/2025 e 2025/2026 dos *avaliistas, Bruno, Maurício, Ana Carolina, Maria Tereza e Laura Beatriz*, conforme previsto na Cláusula 12.6.11 dos Termos de Emissão; (xiv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 11.13, alínea (ii) dos Termos de Emissão, em razão do não envio das declarações de IRPF referentes aos exercícios de 2024/2025 e 2025/2026 da *Avalista Anna Bárbara*, conforme previsto na Cláusula 12.6.11 dos Termos de Emissão; (xv) Caso aprovado o item (xiv) acima da Ordem do Dia, aprovar a dispensa da referida obrigação, bem como aprovar a alteração da Cláusula 12.6.11 dos Termos de Emissão, para que passe a vigorar com a seguinte redação: "12.6.11. Os *Avalistas encaminharão anualmente à Credora e ao Agente Fiduciário, até o dia 30 de maio de cada ano, conforme prazo legal vigente, a cópia integral das suas declarações de Imposto de Renda Pessoa Física relativas ao exercício encerrado. Ainda, os Avalistas encaminharão, em até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de encerramento de cada ano fiscal, as demonstrações financeiras não auditadas do exercício encerrado, conforme aplicável, sendo certo que os Avalistas Vila Brasil e Mauá se comprometem a enviar suas respectivas demonstrações financeiras auditadas do exercício encerrado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de encerramento de cada ano fiscal.*" (xvi) Aprovar a reorganização societária das Devedoras (conforme definido nos Documentos da Emissão) sem que seja caracterizado um Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na cláusula 17.1, subitem (ix), do Termo de Securitização, a qual irá ocorrer exclusivamente nos termos previstos no Anexo II da Ata de Assembleia; (xvii) Caso aprovado o item (xvi) acima, aprovar a alteração da atual estrutura de *avaliistas da Operação*, com a exclusão da *Holding Campos Vertentes*, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 17.285.291/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás ("JUCEG") sob o NIRE 52600108743, com sede na Rua T-65, nº 345, sala 12, Setor Bela Vista, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.823-370 ("Holding Campos Vertentes"), da *Holding TCB*, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 58.601.389/0001-00, registrada na Junta Comercial competente sob o NIRE 35265624468, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ipiratemi, nº 354, conjunto 101, sala G, bairro Itaim Bibi, CEP 011451-00 ("Holding TCB"), da *Anna Bárbara Menezes Martins*, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 035.994.456-64, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, nº 2121, apto. 901, bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30160-042 ("Anna Bárbara") e da e *Laura Beatriz Ferreira da Silva*, brasileira, menor, estudante, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.180.481-31, residente e domiciliada na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Rua 24-A, nº 101, bairro Setor Central, CEP 74020-050 ("Laura"), de modo que permanecerão como *Avalistas da Operação* Bruno Figueiredo Menezes, Maurício Figueiredo Menezes, Ana Carolina Ferreira Silva, Maria Tereza Ferreira Silva, em conjunto com os demais *avaliistas* já previstos nos Documentos da Operação, conforme aplicável, autorizando-se, ainda, a celebração dos respectivos aditamentos aos Documentos da Operação para refletir a referida exclusão. (xviii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. *Instruções Gerais*: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br e em cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - Vila Brasil (107)", observando o disposto na CVM nº 60 e, conforme documentação abaixo: (i) quando pessoa física: documento de identificação com foto; (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (iii) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (iv) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT; Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<http://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos (NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as instruções acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 16 de julho de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização.

ELEIÇÕES 2026

Governo de Tarcísio em SP é frouxo e pouco transparente, afirma Haddad

GEOVANI BUCCI E LORENNA RODRIGUES/AE

O pré-candidato do PT ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), classificou ontem, a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) como "frouxa, pouco transparente e pouco fiscalizada". "Há vários focos de corrupção na Secretaria da Fazenda, na Secretaria da Agricultura, na Secretaria de Transportes. Eu não vejo ninguém preocupado com isso."

Em entrevista ao programa Papo com Editor, do Grupo Estado, Haddad afirmou haver uma "simbiose" entre o

governador e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que, segundo ele, precisa ser explicitada.

Conhecido como o "mais tucano dos petistas", Haddad avaliou que a "boa tradição do tucanato" - referência à ala do hoje reduzido PSDB, partido que governou o estado por 28 anos consecutivos - está ao seu lado. Ele mencionou o vice-presidente Geraldo Alckmin, hoje no PSB e que deve atuar na campanha pelo interior, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O petista disse ainda que o agronegócio precisa superar o "preconceito contra o PT".



ABRASIL

TJRJ já teve 3,2 mil pedidos de medidas protetivas em 2026

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) registrou 3.210 pedidos de medidas protetivas feitos por meio da página Maria da Penha Virtual, de janeiro a julho de 2026. Esse número se aproxima do total registrado em todo o ano de 2025, que teve 3.696 solicitações. Mulheres de 21 a 40 anos concentram mais da metade do total, com 56,5% dos pedidos. O serviço atende apenas a mulheres do estado do Rio de Janeiro. Os dados, do Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, também traçam um perfil do agressor nos casos registrados neste ano. Em 38,1% das ocorrências, ele foi classificado como violento; em 35,7%, como controlador;

e em 26,3%, o comportamento predominante foi de ciúmes excessivos. De janeiro até 15 julho deste ano, a plataforma recebeu, em média, 459 solicitações mensais. Mantendo esse ritmo até dezembro, a expectativa é de um crescimento de quase 50% em relação ao total de pedidos registrado em 2025. A série histórica também evidencia o aumento contínuo da utilização da ferramenta: foram 1.579 pedidos em 2022; 3.113, em 2023; 3.497, em 2024; 3.696, em 2025; e 3.210 apenas nos sete primeiros meses de 2026.

APLICATIVO

O Maria da Penha Virtual foi criado em 2020, durante a pandemia, por universitários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de um web app acessado por link, sem

necessidade de download, o que preserva a segurança da mulher. Na plataforma, a vítima preenche um formulário com dados pessoais, informações sobre o agressor e sobre a agressão sofrida, podendo anexar fotos e áudios como prova, e seleciona a medida protetiva da Lei Maria da Penha mais adequada ao caso. Ao final, o sistema gera automaticamente uma petição em PDF, distribuída ao juizado competente, com consulta disponível para a vítima. O TJRJ cita exemplos de situações em que a mulher deve pedir medida protetiva:

- se foi agredida com tapas, socos, pontapés;
- se foi ameaçada com faca, arma de fogo ou outros objetos;
- se foi obrigada a manter relação sexual contra a sua vontade;
- se teve seu dinheiro, cartão

de banco ou celular confiscados (tomados) pelo agressor sem seu consentimento;

- ou outra atitude do agressor que você considere violenta.

O tribunal recomenda que as mulheres vítimas de violência, após acessarem qualquer site que ofereça apoio ou canais de denúncia, como o próprio Maria da Penha Virtual, apaguem o histórico do navegador de internet.

COMO DENUNCIAR

Também é possível pedir ajuda e denunciar casos de violência doméstica e contra a mulher na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, um serviço gratuito que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O serviço está disponível também no WhatsApp: (61) 9610-0180 e pelo e-mail central180@mulheres.gov.br.

MAMBA WATER

Anvisa suspende venda de água mineral com mesma bactéria do Ypê

EDERSON HISING/AE

Dois lotes da água mineral Mamba Water tiveram a venda suspensa ontem, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) após ser detectada a presença da bactéria Pseudomonas aeruginosa, a mesma encontrada em produtos Ypê, em abril, e Crystal, em junho. A resolução da Anvisa foi publicada no Diário Oficial da União. Trata-se da água mineral sem gás de 350 ml em lata - que não deve ser consumida. O próprio fabricante encontrou a presença da bactéria no produto. A fabricante da Mamba Water, a empresa HNK BR Indústria de Bebidas, informou ter feito o recolhimento voluntário dos produtos dos lotes 13 e 14, que foram suspensos.

De acordo com a Anvisa, os lotes foram fabricados nos dias 3 e 4 de abril de 2026, com prazos de validade de um ano. Os produtos dos dois lotes não podem ser vendidos, distribuídos ou utilizados. Em nota, a fabricante da Mamba Water afirmou que a bactéria foi encontrada durante análises de rotina e tratou a situação como pontual. "Não há registro de reclamações ou de qualquer impacto à saúde de consumidores nos canais de atendimento, nem de impacto em outros produtos da marca", disse. Segundo a empresa, embora não haja registros de eventos adversos à saúde associados a esses lotes, "em casos específicos, seu consumo pode eventualmente representar risco à saúde. Em pessoas saudáveis, o risco é baixo, sem maiores complicações à saúde."

A fabricante explicou que o produto é envasado por outra empresa, devidamente autorizada. "As medidas corretivas aplicáveis já foram adotadas junto à fornecedora do produto", afirmou. "Até o momento, aproximadamente 82% do volume dos lotes envolvidos já foi preventivamente bloqueado, permanecendo fora de circulação comercial", afirmou. Para consumidores que desejam o reembolso pelo produto comprado, a marca orientou a procurar o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) pelo e-mail contato@mambawater.com.br ou pelo telefone 0800 888 1090, de segunda a sábado, das 9h às 21h.

BACTÉRIA

A Pseudomonas aeruginosa vive na água, no solo e em superfícies úmidas. Segundo especialistas ouvidos pelo Estadão, a bactéria é considerada pouco agressiva para a maioria das pessoas. Em coluna recente no Pulsa, o médico Luís Fernando Correia explicou que o micro-organismo ameaça populações específicas, como pacientes com fibrose cística, queimados, oncológicos, transplantados, imunossuprimidos, recém-nascidos, idosos frágeis, pessoas com cateter e indivíduos que estão em ventilação mecânica. "Trata-se de uma bactéria oportunista, com resistência natural a vários antibióticos", comentou. Nos grupos vulneráveis, Luís Fernando Correia explica que a Pseudomonas aeruginosa pode causar pneumonia hospitalar grave, infecção de corrente sanguínea, sepse e até infecção ocular.

TROPA DE ELITE

Prefeitura do Rio doa 150 pistolas para Força Municipal de Caxias

O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, assinou, ontem, o termo de doação de 150 pistolas Taurus para a Prefeitura de Duque de Caxias. Os equipamentos pertenciam à Guarda Municipal do Rio de Janeiro. O armamento havia sido doado à cidade do Rio pela Polícia Rodoviária Federal, mas tem uma padronização diferente da utilizada pela Divisão de Elite da Força Municipal – Força Municipal. Os agentes da cidade do Rio utilizam o modelo austríaco Glock. O município de Duque de Caxias foi beneficiado por ter firmado um acordo de cooperação técnica com a capital fluminense para o desenvolvimento de sua divisão de elite da Guarda Municipal.

A cerimônia, realizada na Academia de Formação da Divisão de Elite da Guarda Municipal – Força Municipal, em Irajá, contou com a participação do prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis, do secretário de Segurança Urbana do Rio de Janeiro, Brenno Carnevale, do presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Cláudio Thomaz, e da diretora-geral da Força Municipal, Aimée de La Torre. “Essas pistolas Taurus que estamos repassando para a Força Municipal de Caxias, foram doação da PRF. Estão prontas para serem usadas pelos agentes. A cidade de Duque de Caxias, assim como a cidade do Rio, vem formando e preparando os agentes para irem às ruas. Esse é mais um passo da parceria entre Rio e Caxias, uma integração que nós temos feito de forma per-

manente”, disse o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere. O evento também marcou o intercâmbio de conhecimentos, experiências, metodologias e boas práticas relacionadas às atividades das guardas municipais, visando ao aperfeiçoamento técnico, operacional e administrativo de ambas as corporações. “Tenho muita alegria em ver cariocas e caxienses unidos. Isso é um grande exemplo para o Brasil de que, para enfrentar o problema da segurança pública, é necessária a união entre municípios, estados e o Governo Federal, todos com o objetivo de garantir o direito de ir e vir da população”, reforçou o prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis. A primeira iniciativa dessa parceria é a realização do Curso de Uso Diferenciado da Força, ministrado por instrutores da Divisão de Elite da Guarda Municipal – Força Municipal, como parte da Capacitação Complementar para Atuação Operacional de Guardas Municipais Armados do Município de Duque de Caxias. A atividade ocorreu começou no dia 13 de julho e termina no dia 17, na Academia de Formação da Força Municipal, em Irajá. O curso tem como objetivo o aperfeiçoamento técnico e operacional dos participantes, abordando os princípios legais, doutrinários e técnicos relacionados ao uso diferenciado da força, com ênfase na atuação profissional, proporcional, ética e segura, em conformidade com a legislação vigente e os protocolos operacionais.

Economia azul ganha espaço no Brasil e amplia debate sobre desenvolvimento sustentável dos oceanos



1°SG-ES CARLOS LAGOS/MARINHA DO BRASIL

POR REDAÇÃO

O conceito de economia azul, promovido pela Marinha do Brasil como parte da estratégia para ampliar o aproveitamento sustentável dos recursos marítimos, vem ganhando espaço nas discussões sobre desenvolvimento econômico, ciência e preservação ambiental. A proposta reúne atividades ligadas ao oceano, como transporte marítimo, pesca, energia, turismo, biotecnologia e exploração de recursos naturais, buscando conciliar crescimento econômico com conservação dos ecossistemas. Em um país que possui cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados de área marítima sob jurisdição, conhecida como Amazônia Azul, o tema passou a integrar políticas públicas e estudos voltados à expansão da economia baseada no mar. Embora o conceito de economia azul seja discutido internacionalmente por organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Marinha do Brasil assumiu papel de destaque na difusão da pauta no país por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O objetivo é estimular uma estratégia nacional baseada em ciência, tecnologia e inovação para o uso dos recursos marinhos, envolvendo diferentes setores da sociedade e da administração pública. Segundo dados divulgados pela própria Marinha, aproximadamente 95% do petróleo, 80% do gás natural e cerca de 45% do pescado produzidos no Brasil têm origem no ambiente marinho. Além disso, mais de 95% do comércio exterior brasileiro é realizado por vias marítimas, demonstrando a dependência da economia nacional em relação ao oceano. O debate também considera o potencial de novos segmentos econômicos. Além da indústria de óleo e gás, a economia azul engloba áreas como energia eólica offshore, aquicultura, biotecnologia marinha, construção naval, turismo costeiro, logística portuária e mineração em áreas oceânicas, sempre associadas ao uso responsável

vel dos recursos naturais.

Economia Azul e Amazônia Azul impulsionam estratégia para o crescimento do Brasil

A Marinha destaca que a economia azul não se limita ao aproveitamento econômico do mar. O conceito incorpora princípios de sustentabilidade ambiental e justiça social, buscando garantir que comunidades costeiras também sejam beneficiadas pelas atividades desenvolvidas. A iniciativa brasileira é conduzida pelo Comitê Executivo da Ação Economia Azul, vinculado ao Plano Setorial para os Recursos do Mar e coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da CIRM. Em publicação oficial da Marinha, o diretor-geral de Navegação, almirante de esquadra **Wladimilson Borges de Aguiar**, afirma que "a economia azul representa um vetor para o desenvolvimento do Brasil", destacando a necessidade de integrar conhecimento científico, inovação tecnológica e governança para ampliar o aproveitamento das potencialidades marítimas nacionais. A declaração foi feita durante o lançamento do livro *Economia Azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil*, produzido por especialistas ligados à instituição. Outro defensor da ampliação desse debate é o professor **Cláudio Moreira Bento**, da Escola de Guerra Naval e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos. Em entrevista à Agência Marinha de Notícias, ele afirmou que "o mar deixou de ser visto apenas como espaço de transporte e defesa para assumir papel estratégico na economia nacional", ressaltando que a expansão das atividades marítimas exige investimentos em pesquisa, infraestrutura e formação de profissionais especializados. Estudos reunidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que a economia azul reúne atividades capazes de ampliar investimentos, inovação tecnológica e geração de empregos, desde que acompanhadas por políticas voltadas à preservação dos ecossistemas marinhos. A instituição destaca que o crescimento da demanda por recursos oceânicos torna necessária uma governança que equilibre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Para a Marinha do Brasil, fortalecer a mentalidade marítima da população e ampliar o conhecimento sobre a Amazônia Azul são etapas fundamentais para que o país aproveite seu patrimônio oceânico de forma sustentável. A avaliação é de que o potencial econômico do mar ainda é subutilizado e que sua integração às estratégias nacionais de desenvolvimento poderá contribuir para ampliar investimentos, inovação e competitividade da economia brasileira nas próximas décadas.

RECESSO

Moraes assume presidência temporária do Supremo hoje

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes assumirá, a partir desta sexta-feira, a presidência temporária do Supremo Tribunal Federal (STF). Desde o dia 2 de julho, no início do recesso da Corte, o cargo estava sendo ocupado pelo ministro Edson Fachin.

O regime de plantão seguirá até o dia 31 de julho.

Apesar de ser período de recesso, os ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques, André Mendonça e Flávio Dino (além de Moraes) seguem em suas atividades, mesmo em meio à suspensão das atividades no plenário físico.

“O ministro Dias Toffoli

continuará a atuar nas seguintes classes processuais: Reclamação (RCL) – cível e criminal; Petição (Pet) e Inquérito (Inq); e Mandado de Segurança (MS). Já o ministro Cristiano Zanin atuará exclusivamente em inquéritos, ações penais (APs) e nos processos que, por prevenção, estejam a eles vinculados”, informou o STF.

Já os ministros Luiz Fux e Cármen Lúcia encontram-se de férias.

Os processos que teriam início ou seriam encerrados no período de recesso ficam automaticamente prorrogados para o dia 3 de agosto, quando as atividades serão retomadas.

SEM FAKE NEWS

TSE firma cooperação com big techs para ‘preservar’ eleições

ANDRESSA ANHOLETE/STF



LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marque **(foto)**, se reuniu ontem, com representantes das principais big techs que atuam no País para firmar termos de cooperação que buscam prevenir riscos à integridade das eleições. A reunião durou cerca de 15 minutos e apenas o presidente do TSE falou.

Na reunião, sete plataformas digitais (Kwai, Telegram, Meta, TikTok, Google, X e LinkedIn) assinaram os memorandos de entendimento com o TSE. Além disso, três empresas de inteligência artificial (ElevenLabs, OpenAI e Anthropic) aderiram ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Corte. Segundo a assessoria do TSE, a Microsoft deverá formalizar sua parceria com o Tribunal nos próximos dias.

No discurso feito às plataformas, Kássio cobrou o aperfeiçoamento dos mecanismos para combater perfis falsos e identificar conteúdos sintéticos produzidos por IA. No início do mês, o Estadão mostrou que uma ala do TSE considera que as big techs não estão agindo de forma contundente para prevenir a circulação de conteúdos fraudulentos, especialmente os chamados deep nudes. Por causa disso, como antecipou o Estadão no início da semana, o TSE trabalhou em uma portaria que define regras para as empresas combaterem desinformação.

"Um conteúdo falso ou manipulado pode circular em poucos segundos e alcançar rapidamente diferentes redes e públicos", apontou o ministro. Segundo ele, os protocolos conjuntos vão permitir que as plataformas adotem medidas com "maior rapidez e eficácia" contra a desinformação.

◆ O presidente do TSE ainda

usou sua fala para reforçar a defesa da liberdade de expressão e ressaltou que não tem o objetivo de "uniformizar o debate político, limitar a crítica ou estabelecer uma versão oficial sobre temas controversos."

"A democracia depende da divergência, do confronto de ideias e da liberdade de expressão. O que se busca é assegurar acesso a informações eleitorais confiáveis e reduzir a incidência de fraudes, falsificações, comportamentos inautênticos e outras práticas capazes de comprometer a liberdade de escolha", disse o ministro.

Kássio também exaltou a cooperação mútua e lembrou que o modelo de atuação conjunta começou em 2018 e foi ampliado desde então. O ministro disse que a cooperação busca assegurar acesso a informações confiáveis e reduzir fraudes que possam comprometer a liberdade de escolha do eleitor.

"Em síntese, a partir da definição pela Justiça Eleitoral de parâmetros normativos claros, poderão as empresas agir de maneira legítima na preservação de um ambiente digital em que o trânsito da boa informação prevaleça sobre o fenômeno da desinformação", afirmou.

Nunes Marques ressaltou que "em nenhuma hipótese" a cooperação substitui a atuação jurisdicional da Justiça Eleitoral e "tampouco se cogita limitar a autonomia das empresas."

"O ponto focal da união que se pretende consolidar é criar uma governança do pleito que promova a antecipação de riscos, o aperfeiçoamento de procedimentos e o fortalecimento da confiança da sociedade no ambiente digital, antes e principalmente durante o processo eleitoral", afirmou.

TARIFAÇO

Fachin diz que STF exercerá funções sem pressão externa

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin **(foto)**, declarou ontem que a Corte vai continuar exercendo suas funções sem "pressões externas".

As declarações do ministro constam em nota divulgada à imprensa após o anúncio do novo tarifaço dos Estados Unidos contra os produtos brasileiros. Entre as justificativas para adotar a medida, o governo norte-americano citou decisões do STF sobre as big techs, como a que determina que as plataformas precisam tirar do ar conteúdos ilegais sem precisar de ordem judicial.

Fachin disse que o Supremo exerce suas funções com base na Constituição brasileira e que as decisões do tribunal são públicas e fundamentadas na lei.

"O Supremo Tribunal Federal permanecerá exercendo, com serenidade, independência e firmeza, a missão que lhe foi confiada pela Constituição da República, sem qualquer influência, pressão ou condicionamento de natureza externa, preservando a integridade da ordem constitucional, a separação dos Poderes, a democracia e o Estado de Direito", afirmou.

O presidente do STF também defendeu a independência do Judiciário brasileiro.

"Divergências entre Estados devem ser conduzidas pelos canais diplomáticos e pelos



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

mecanismos próprios do Direito Internacional, jamais por iniciativas que possam ser interpretadas como forma de constrangimento ao exercício da jurisdição constitucional", completou.

DECISÕES

Em decisões recentes, o mi-

nistro Alexandre de Moraes determinou a suspensão de perfis de brasileiros que moram nos Estados Unidos. Os alvos são acusados de ataques antidemocráticos contra o Supremo.

Pela decisão, Moraes foi processado na Justiça da Flórida pelas redes sociais Rumble e

Trump Media.

A defesa do ministro é feita no exterior pela Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão defende a soberania brasileira e sustenta que agentes públicos não podem ser alvo direto do Judiciário de outros países sem o consentimento do Estado brasileiro.

POUSO FORÇADO

Piloto de avião carregado com cocaína que fugiu, é preso em GO

EDERSON HISING/AE

O piloto do avião de pequeno porte carregado com cocaína e crack que fez um pouso forçado em uma fazenda em Itarumã, no interior de Goiás, na quarta-feira passada, foi preso na madrugada de ontem. Segundo a Polícia Militar (PM), a esposa, o pai e um amigo dele também foram detidos. Eles haviam saído do

interior de São Paulo para dar apoio ao piloto na fuga.

Henrique Donizeti Ferri, de 32 anos, foi encontrado pelos policiais a cerca de cinco quilômetros do local do pouso forçado Conforme a PM, ele estava aguardando os familiares para continuar a fuga. O Estadão tenta localizar a defesa do piloto. De acordo com a polícia, a droga havia sido carregada no Mato

Grosso, próximo da fronteira com a Bolívia, e tinha como destino o interior de Minas Gerais. Pelo transporte, o piloto receberia R\$ 70 mil, informou a PM.

Após o pouso forçado, o piloto retirou da aeronave 315 tabletes de drogas e tentou esconder em uma mata próxima. A aeronave tinha 342 kg de drogas no total, sendo 281 kg de cocaína e 61 kg de crack. Segundo a PM, o

homem ateou fogo na aeronave depois de retirar a droga e fugiu.

O caseiro da propriedade viu o pouso forçado do avião e acionou o Batalhão Rural da PM, que foi até o local e encontrou a droga. Os policiais também localizaram um galão de combustível usado pelo piloto. Pelas imagens divulgadas pela polícia, o avião ficou completamente destruído.

MATO GROSSO DO SUL

Editora com capital de R\$ 40 mil recebeu R\$ 27 milhões em fraudes

FAUSTO MACEDO/AE

Uma investigação do Ministério Público (MP) de Mato Grosso do Sul aponta suposto esquema de fraudes à licitação em pelo menos 12 municípios via a contratação direta, sem processo de concorrência pública, de uma pequena editora para fornecimento de livros para didáticos. Os promotores descobriram que a Editora Avante - nome fantasia da Souza & Fanaia Comércio de Livros e Serviços Editoriais Ltda -, fundada há menos de cinco anos e com capital social de R\$ 40 mil, recebeu R\$ 27 milhões das prefeituras.

Na terça-feira passada, os promotores do Gaeco-MS - braço do Ministério Público que enfrenta o crime organizado no Estado - deflagraram a Operação Gutemberg e fizeram buscas em 43 endereços em Campo Grande, Dourados, São Gabriel do Oeste, Caarapó, Corguinho, Porto Murtinho, São Paulo e Abadiânia (GO). Também prenderam investigados.

A juíza May Melke Amaral Penteado Siravegna, do Núcleo de Garantias da Justiça de Cam-

po Grande, decretou a prisão de 16 suspeitos, dos quais 12 foram localizados, entre empresários, uma médica, dois advogados e um policial. A investigação revela que a organização subornava servidores públicos para "direcionar licitações e até condicionar vagas em hospitais".

Nenhum prefeito foi alvo da etapa ostensiva da Gutemberg, mas os promotores deram início a uma série de questionamentos encaminhados a todas as administrações municipais sobre os critérios adotados para a contratação da editora e o embasamento da dispensa de licitação, expediente que abriu caminho exclusivamente para a Avante.

Segundo o Ministério Público, o grupo investigado estaria ligado à prática de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes licitatórios, lavagem de dinheiro e outros delitos correlatos. Um nome sob suspeita, segundo os promotores, é Rhayane Souza Fanaia que, até semanas antes da abertura da editora, era dona de um brechó e também trabalhava em uma clínica de estética em Campo Grande e "não demonstrava em

suas redes sociais ser empresária do ramo de livros didáticos".

Os investigadores indicam que a Avante é uma pequena empresa sediada formalmente em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, fundada em 18 de novembro de 2021. "Em que pese se tratar de empresa recém-constituída, com ínfimo capital social e reduzidas instalações, sem qualquer estrutura para dispor de acervo bibliográfico condizente aos contratos apontados, a Avante celebrou contratos milionários com vários municípios do Estado de Mato Grosso do Sul", destaca a Promotoria.

O documento cita inicialmente as cidades de Miranda, Ivinhema, Bonito e Ladário, cujas gestões municipais contrataram a editora para fornecimento de livros paradidáticos, por valores que totalizaram R\$ 3.196.729,50. O Estadão pediu manifestação das administrações.

ENVELOPE LACRADO

O caso começou a ser investigado a partir de uma denúncia anônima, via um envelope lacrado contendo documentos e in-

formações, que aportou no gabinete dos promotores do Gaeco. A denúncia apontava que a Souza & Fanaia Comércio de Livros havia sido contratada por R\$ 1,044 milhão pelo município de Miranda. A reportagem pediu manifestação da prefeitura.

Os investigadores destacam que Rhayane Fanaia, que figurava como proprietária formal da Souza & Fanaia Comércio de Livros e Serviços Editoriais Ltda, trabalhava na Jafar Estética e Saúde Ltda, ou a "Clínica Rossi", e mantinha um relacionamento afetivo com Giovanni Paroschi Jafar, filho de Rossana Paroschi Jafar e Mirched Jafar Júnior, falecido em abril de 2021, sócios administradores da Gráfica e Editora Alvorada Ltda.

O Ministério Público ressalta que Mirched Jafar Júnior já tinha sido denunciado por supostamente integrar esquema criminoso para aquisição de livros paradidáticos confeccionados por sua editora e adquiridos pelo município de Campo Grande, mediante inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais, pelo montante de R\$ 5,66 milhões.

R\$ 100 BILHÕES

Dívidas rurais: MP prevê punições contra fraudes

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O governo federal editou uma Medida Provisória (MP) para permitir a renegociação de cerca de R\$ 100 bilhões em dívidas rurais. Assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) e pelo ministro da Fazenda Dario Durigan, o texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União de quarta-feira e traz punições para quem usufruir ilegalmente dos benefícios.

A MP prevê a criação de um fundo semelhante ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dotado de recursos financeiros para, eventualmente, cobrir operações de crédito rural contratadas por produtores afetados por eventos climáticos adversos, dando garantias às instituições financeiras.

Para evitar fraudes, o texto estabelece que o produtor ou cooperativa rural que, por ação ou omissão dolosa, apresentar, usar ou se beneficiar de laudos ou qualquer outro tipo de documento técnico contendo informações falsas acerca da perda de safra ou renda não só perderá o direito ao benefício, como terá que restituir os valores recebidos integralmente e corrigidos.

Além disso, esse produtor será impedido de contratar operações de crédito rural subvencionadas ou de receber incentivos públicos por até cinco anos.

O profissional que emitir, assinar, homologar ou validar o documento fraudulento ou incompatível com a realidade responderá solidariamente pelos danos causados ao Erário. E, além da responsabilização civil, também estará sujeito a sanções administrativas, bem como às penalidades aplicáveis pelo respectivo conselho profissional às infrações éticas.

PRAZOS

De forma geral, o prazo para os produtores ou cooperativas rurais quitarem suas dívidas será de oito anos, com paga-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

mento de juros na carência e vencimento da primeira parcela de amortização do principal dois anos após a data de contratação.

O prazo para colocar as contas em dia sobe para até dez anos para quem comprovar que, entre 2019 e 2025, amargou uma redução de ao menos 40% da renda bruta esperada em três ou mais safras devido às consequências de eventos climáticos extremos. Nesse caso, haverá até dois anos de carência para pagar a primeira parcela.

São considerados eventos climáticos extremos as enxurradas, alagamentos, inundações, chuvas de granizo, chuvas intensas, tornados, ondas de frio, geadas, vendaval, secas, estiagens.

Suas consequências devem ser formalmente comprovadas por meio de laudo emitido por um profissional habilitado, como um engenheiro agrônomo ou técnico agrícola.

JUROS ANUAIS

Para os produtores rurais enquadrados nas regras gerais, a MP prevê taxas de juros de:

- 6% a.a. para os agricultores enquadrados no Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

- 9% a.a. para miniprodutores, pequenos e médios produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp);
- 12% a.a. para os demais produtores.

Em caso de perdas comprovadas com eventos climáticos extremos, os encargos passam a ser de:

- 5% a.a. para o Pronaf;
- 8% a.a. para o Pronamp;
- 11% para grandes produtores.

LIMITES

A MP estabelece que os recursos que os bancos usarão para financiar as operações de renegociação das dívidas virão também dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE); Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

Os recursos necessários para as criações dessas linhas de crédito virão ainda de outras fontes já previstas no Manual de Crédito Rural do Banco Central (BC) e outras a serem definidas pelo Poder Executivo federal.

ACORDO

A MP é fruto de um acordo que o governo federal e o Congresso Nacional fecharam na quarta-feira (15). Com a medida, o texto editado pelo Palácio do Planalto substituirá o Projeto de Lei (PL 5122/23), de autoria do deputado federal Domingos Neto (PSD-CE), que trata do mesmo tema.

Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, o acordo buscou conciliar as demandas do setor agrícola e a viabilidade fiscal da medida.

“Chamamos os atores para a mesa para tratar isso com equilíbrio e buscar uma resolução que coubesse nas contas do país e levasse em consideração esse momento de dificuldade dos nossos produtores”, disse Motta.

Por lei, toda medida provisória entra em vigor assim que é publicada no Diário Oficial da União. A Câmara dos Deputados e o Senado têm até 120 dias para aprová-la ou rejeitá-la. Se não for votada em até 45 dias a partir da sua publicação, entra em regime de urgência, tornando a pauta de votação em plenário na Casa em que estiver tramitando.

VATICANO

Padre excomungado diz que foi advertido após citar rituais

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Excomungado pela Igreja Católica por se filiar à Fraternidade Sacerdotal Pio X (FSSPX), que ordenou bispos à revelia do Vaticano, o padre Françaô Rodrigues Figueiredo Costa divulgou, ontem, uma carta aberta aos católicos de Brasília na qual faz críticas ao alto clero brasileiro. Ele diz que foi advertido por recriminar rituais de macumba em igrejas católicas na Arquidiocese de Brasília e lembrou casos de abusos sexuais envolvendo sacerdotes.

A reportagem encaminhou a íntegra da carta do padre à Arquidiocese de Brasília. Em nota, a arquidiocese informa que, em consonância com a Santa Sé, seu único posicionamento oficial sobre o tema está expresso no documento intitulado Nota Pastoral sobre a denominada 'Capela Santo Atanásio' e o Revdo. Pe. Françaô Rodrigues Figueiredo Costa, publicado em seu site oficial.

Em nota pastoral publicada no último dia 11, a Arquidiocese de Brasília diz que, em razão das ordenações episcopais de 1.º de julho a quatro presbíteros da Fraternidade Sacerdotal Pio X sem a autorização do papa, o Vaticano publicou em 2 de julho um decreto de cisma e excomunhão contra os envolvidos.

Em vista disso, a situação do padre Françaô Costa, que desde 5 de abril de 2025 considera-se aderente à Fraternidade, tornou-se de cisma e exco-

munhão a partir do decreto papal. A medida é extensiva a todos os ministros da Fraternidade. "Os atos ministeriais do sacerdote consideram-se, a partir da excomunhão, ilícitos", diz. A nota acrescenta que os sacramentos da confissão e do matrimônio ministrados por ele são nulos.

A Arquidiocese de Brasília diz ainda que os fiéis que frequentam regularmente ou exclusivamente as atividades vinculadas à Fraternidade são considerados, igualmente, cismáticos e excomungados. "Portanto, as celebrações, atividades pastorais, iniciativas de formação ou demais atos promovidos na denominada 'Capela Santo Anastácio' são considerados irregulares por não se exercerem em comunhão com o Romano Pontífice, nem com o Arcebispo Metropolitano de Brasília, e devem ser terminantemente evitadas pelos fiéis, em razão do grave risco de gradual aderência ao mesmo cisma e excomunhão."

O padre Françaô Rodrigues Figueiredo Costa considerou inválida a excomunhão e continua a celebrar missas. Na carta de 8 páginas publicada nesta quinta-feira, afirma que, em 22 anos de sacerdócio, teve de enfrentar bispos e entrar em conflitos com sacerdotes e leigos para defender a fé católica. Ele diz que, em setembro de 2022, por exemplo, denunciou eventos de macumba em templo católico na Paróquia de Sobradinho e na própria Catedral de Brasília.

MANAUS

Vazamento de gás leva prefeitura a decretar estado de alerta

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Vazamento de gás em uma unidade da empresa petroquímica Innova levou a prefeitura de Manaus a decretar estado de alerta para a capital amazonense. Segundo a empresa, o vazamento de gás ocorreu em um dos tanques de monômero de estireno da unidade 4 da empresa, que sofreu uma reação química.

O estireno é um líquido tóxico e inflamável e a exposição ao produto pode provocar irritação das vias respiratórias e dos olhos, além de sintomas como tontura e fadiga.

O vazamento ocorreu no fim da tarde desta quarta-feira (15) na região do Distrito Industrial, mas o forte cheiro, semelhante ao de tinta, era sentido em várias regiões da cidade, entre elas, no centro da capital amazonense, próximo ao Teatro Amazonas.

Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas o estireno começou a vazar por volta das 17h36 e foi controlado. Ele ocorreu em um dos tanques da empresa e ocasionado pelo próprio sistema de segurança do tanque para evitar que uma explosão acontecesse. Os bombeiros empregaram cerca de dez viaturas, quatro canhões de água e 35 homens. Brigadistas da empresa afetada também atuaram na ocorrência.

Por meio de nota, a empresa informou que “não houve vítimas de qualquer natureza” e que “a intercorrência foi controlada”. Já a Secretaria de Estado de Saúde informou que 16 pessoas deram entrada em unidades da rede estadual de saúde, com quadro clínico estável e passam por avaliação médica.

Segundo a empresa, o vazamento ocorreu em um dos três tanques de armazenamento. “O líquido sofreu elevação anormal de temperatura, liberando va-

pores de forma controlada pelos próprios dispositivos de segurança do equipamento”, informou a empresa.

“A situação foi prontamente contida de acordo com os procedimentos de emergência estabelecidos pela Companhia e todo o resíduo proveniente recebeu destinação adequada, sendo armazenado para subsequente tratamento de acordo com as normas ambientais vigentes”, diz ainda a nota acrescentando que, apesar do cheiro forte, “não há risco à saúde das pessoas e de contaminação ao meio ambiente”.

MANAUS

Em nota, a prefeitura da capital amazonense informou que está acompanhando o caso por meio do Gabinete de Crise e de forma integrada com os órgãos competentes. “Neste momento, a cidade está em estado de alerta, com equipes mobilizadas para monitorar a dispersão do produto remanescente na atmosfera, prestar o apoio necessário às ações de resposta e atuar em articulação com as autoridades estaduais e federais na adoção das medidas cabíveis”, diz a nota divulgada por volta das 21h (horário local).

EVACUAÇÃO

Por causa do vazamento, várias áreas da região tiveram que ser evacuadas, tanto de trabalhadores da própria empresa quanto de estabelecimentos próximos tiveram que que deixar o local..

Ainda, de acordo com a administração municipal, equipes técnicas de fiscalização ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) atuaram em conjunto com as forças estaduais e federais para a análise dos impactos ambientais e apuração das responsabilidades.

RIOPREVIDÊNCIA

PGE-RJ cobra Grupo Master por prejuízo de R\$ 640 milhões

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) protocolou, ontem, três ações judiciais contra a Master Corretora e gestoras de fundos de investimento para apurar perdas milionárias sofridas pelo Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência).

As perdas envolvem recursos públicos da ordem de R\$ 641,4 milhões aplicados em fundos administrados pelo conglomerado, atualmente em liquidação extrajudicial.

As ações concentram-se em aportes do Rioprevidência reali-

zados em dois fundos de investimento vinculados ao Grupo Master: Revolution e Texas I FIA.

Segundo a PGE, a perda do Texas I FIA está diretamente relacionada a uma "compra coordenada" envolvendo as ações da Ambipar. A Procuradoria aponta que, entre julho e agosto de 2024, a gestora Trustee DTVM — empresa ligada à Operação "Carbono Oculto", que apura lavagem de dinheiro — teria comprado maciçamente os papéis por meio de fundos, inflando artificialmente seu preço.

"O Rioprevidência foi vítima de uma armadilha arquitetada

pela administração e pela gestão do Texas I FIA, que vendeu ao ente público quotas de um fundo lastreado em uma ação desprovida de fundamento", afirma a petição.

O fundo chegou a ficar desenhado das regras da CVM em novembro de 2025, mantendo apenas 31% do patrimônio em ações, abaixo dos 67% exigidos para fundos de ações.

No caso do fundo Revolution, a PGE aponta que a Acura votou favoravelmente, em nome do fundo, alterações no regulamento de um fundo investido (FIDC Eicon) que prejudicaram

diretamente os cotistas — entre eles o Rioprevidência, que detém 10,7% do fundo. As mudanças incluíram a renúncia a direitos de voto e o aumento em 48 meses do prazo de amortização do investimento.

Os valores alvos das medidas cautelares chegam a R\$ 616,6 milhões, considerando o montante investido no Revolution (R\$ 481,4 milhões) e a perda do Texas I FIA (R\$ 135,1 milhões). A PGE pede bloqueio de ativos via Sisbajud, indisponibilidade de imóveis, veículos, ações, marcas, embarcações, aeronaves e até criptomoedas dos réus.

dos casos graves por rinovírus.

De acordo com o InfoGripe, é importante manter medidas de higiene respiratória, como lavar as mãos, cobrir o nariz e a boca com o braço ou um lenço de papel ao tossir ou espirrar e fazer isolamento em caso de aparecimento de sintomas de gripe ou resfriado. Mas, se isso não for possível, a orientação é sair de casa usando máscara. E, o mais importante, manter a vacinação em dia.

O estudo da Fiocruz revela que a incidência e a mortalidade semanal médias, nas últimas oito semanas epidemiológicas, mantêm o cenário típico de maior impacto nos extremos das faixas etárias analisadas.

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Os casos de vírus sincicial respiratório (VSR), que atingem principalmente crianças de até 2 anos, estão diminuindo em grande parte do país, segundo o Boletim InfoGripe, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O vírus é uma das principais causas de bronquiolite nas crianças pequenas.

Os dados laboratoriais por faixa etária indicam que a redução dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) entre crianças de até 4 anos é impulsionada principalmente pela diminuição das hospitalizações por VSR em boa parte do país. Apesar disso, a incidência ainda se mantém em níveis altos em alguns estados.

Cinco das 27 unidades da Federação apresentam incidência

de SRAG em nível de alerta, risco ou alto risco, com sinal de crescimento na tendência de longo prazo: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entre jovens, adultos e idosos, a queda é explicada principalmente pela redução das hospitalizações por influenza A. Em crianças de 5 a 14 anos, ela decorre sobretudo da diminuição

FIOCRUZ

Incidência de VSR em crianças de até 2 anos está em queda

MAR VERMELHO

Irã ameaça fechar mais rotas marítimas e eleva tensão sobre estreito

Em meio à escalada do conflito com os Estados Unidos, o Irã passou a ameaçar o fechamento de novas rotas estratégicas para a exportação de petróleo e gás, ampliando as advertências que, até então, estavam concentradas no Estreito de Ormuz. A sinalização ocorre após o governo Donald Trump intensificar a ofensiva militar contra o país asiático e manter um bloqueio naval no estreito.

Em comunicado divulgado pela agência estatal iraniana Irna na quarta-feira, a Guarda Revolucionária afirmou que, se as exportações da região forem interrompidas, elas não estarão disponíveis "para ninguém".

Embora o comunicado não especifique quais corredores poderão ser alvo de novas ações, uma das rotas sob maior atenção é o Estreito de Bab el-Mandeb, entre Iêmen, Djibuti e Eritreia. A passagem conecta o Mar Vermelho ao Golfo de Aden e ao Oceano Índico.

Cerca de 12% do comércio marítimo mundial passa por Bab el-Mandeb, corredor que também dá acesso ao Canal de Suez para embarcações que fazem a ligação entre a Ásia e a Europa.

A importância estratégica da região também está ligada à proximidade com o Iêmen, onde atuam os rebeldes Houthis, grupo apoiado pelo Irã. Durante a guerra entre Israel e o Hamas, os houthis realizaram sucessivos ataques contra embarcações comerciais que cruzavam a rota, obrigando grandes empresas de navegação a desviar seus navios pelo extremo sul da África.

Até então, as ameaças de Teerã estavam concentradas em Ormuz, principal corredor

de exportação de petróleo do mundo. Segundo a Guarda Revolucionária, a passagem está e permanecerá fechada enquanto os Estados Unidos não interromperem os "atos de agressão" contra o país.

Ao mencionar a possibilidade de bloquear outros corredores energéticos, porém, o Irã amplia o alcance de sua estratégia de pressão sobre Washington e seus aliados, elevando riscos para o comércio global de petróleo e gás.

No comunicado, a Guarda Revolucionária acusou os Estados Unidos de bloquear a rota do Oceano Índico e afirmou que, diante desse cenário, poderá retaliar fechando outras vias estratégicas.

"O inimigo deve saber que, agora que seus piratas bloquearam a rota do Oceano Índico para a exportação do petróleo e do gás da região para o mundo - medida que coloca em risco os interesses dos rivais econômicos dos Estados Unidos -, deve esperar que outras rotas de exportação de petróleo e gás que atendem aos interesses dos Estados Unidos e de seus aliados também sejam fechadas", afirmou a corporação.

Na sequência, o comunicado acrescenta: "As exportações de petróleo e gás da região estarão disponíveis para todos ou para ninguém."

Do lado americano, o governo de Donald Trump mantém um bloqueio naval para impedir a circulação de embarcações ligadas ao Irã no Estreito de Ormuz e intensificou a ofensiva militar contra o país. Na madrugada de ontem, forças dos EUA ampliaram os bombardeios e atingiram, pela primeira vez nesta nova fase do conflito, áreas próximas a Teerã.

Como é estreito no Mar Vermelho que pode ser fechado por aliado do Irã

GEOVANNA HORA/AE

O Estreito de Bab el-Mandeb, que liga o Golfo de Aden ao Mar Vermelho, tornou-se mais um possível alvo do Irã em meio ao conflito com os Estados Unidos. A agência de notícias Reuters afirmou ontem, que Teerã pediu que os houthis, grupo de rebeldes do Iêmen, se preparem para fechar a via marítima caso os EUA ataquem a infraestrutura de energia iraniana.

Com 32 quilômetros de largura, o Estreito de Bab el-Mandeb - cujo nome significa "a porta das lágrimas" em árabe - está situado entre o Iêmen, a nordeste, e Djibuti e Eritreia, a sudeste. Ele é uma das principais rotas marítimas do mundo, por onde passam cerca de 12% do petróleo comercializado por via marítima globalmente.

A Administração de Informação Energética dos EUA (EIA, na sigla em inglês) estima que cerca de 4,2 milhões de barris de petróleo e derivados passaram pelo estreito por dia no primeiro semestre de 2025, colocando-o em quarto lugar entre os principais "pontos de estrangulamento" do comércio mundial de energia.

A passagem também é utilizada por embarcações que transportam outros produtos, como grãos e matérias-primas.

Os houthis controlam a capital, Sanaa, e o noroeste do Iêmen, incluindo o litoral do Mar Vermelho. O grupo já realizou centenas de ataques contra navios que trafegavam pelo Bab el-Mandeb, mas a ofensiva ganhou força a partir de 2023, após o início do conflito entre o grupo terrorista Hamas, aliado dos houthis, e

Israel.

Os rebeldes alegavam que o objetivo era pressionar os israelenses a aceitarem um cessar-fogo - alcançado em outubro do ano passado.

Duas fontes iranianas de alto escalão e uma fonte regional familiarizada com o assunto disseram à Reuters, sob condição de anonimato, que líderes iranianos discutiram a possibilidade de bloquear o Bab el-Mandeb caso os EUA atacassem a infraestrutura energética do país e, recentemente, transmitiram a mensagem aos aliados houthis.

Outra fonte, próxima aos rebeldes, afirmou à agência de notícias que o grupo concluiu os preparativos para atacar navios na via marítima, com a implantação de mísseis e drones próximos ao estreito, e aguardava a ordem para iniciar a operação.

Segundo a Reuters, a decisão final será tomada por líderes da Guarda Revolucionária do Irã, que já estão no Iêmen.

Essa não é a primeira vez que os houthis ameaçam fechar o Bab el-Mandeb em apoio ao Irã. Em março, a agência estatal iraniana Tasnim afirmou que os rebeldes estariam prontos para assumir o controle do estreito "para punir ainda mais o inimigo".

Na época, um oficial iraniano, que não teve a identidade revelada, disse à Tasnim que os houthis já haviam comprovado que fechar a rota "é uma tarefa fácil para eles".

As ameaças levaram a Administração Marítima dos EUA, órgão ligado ao Departamento de Transportes, a emitir um aviso para embarcações comerciais que passam pela região.

TARIFAÇO

Vieira: EUA queriam abertura total sem contrapartida

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, chanceler Mauro Vieira (foto), afirmou que os Estados Unidos (EUA) buscaram uma "capitulação" do governo brasileiro durante as negociações sobre o tarifaço por meio da exigência de abertura completa de mercados do país sem qualquer contrapartida.

Em declaração à imprensa, ontem, Viera afirmou que o governo dos EUA está incomodado com o fato de o Brasil "não ter se curvado às pretensões desmedidas e às demandas irrazoáveis apresentadas no curso das negociações".

"Cito como exemplo demandas de abertura total, irrestrita e exclusiva aos EUA de setores inteiros da economia brasileira, sem qualquer contrapartida para os produtos brasileiros. Em outras palavras, exigiam a capitulação", afirmou Vieira.

Quarta-feira, os EUA anunciaram uma tarifa adicional de 25% em parte dos produtos brasileiros alegando práticas "desleais" no comércio por parte do Brasil. O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para o tarifaço.

CHANCELER RESPONDE

Ainda na declaração de ontem, Vieira rebateu a postagem do secretário do Departamento de Estado dos EUA, Marco Rubio, em uma rede social. Rubio disse que a falta de acordo entre Brasil e EUA teria sido devido ao "ego" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O que Rubio chama de ego nada mais é do que a convicção inabalável do presidente Lula na defesa da soberania brasileira e dos interesses das nossas empresas e de nossos trabalhadores", rebateu o chanceler brasileiro.

Marco Vieira acrescentou



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

que Rubio usa falsas afirmações sobre o empenho brasileiro em negociar e "ataca, de forma grosseira e arrogante, o chefe de Estado de um país amigo, que se empenhou pessoalmente pela abertura de canais de negociação em várias ocasiões".

O chefe do Itamaraty lembrou toda trajetória das negociações comerciais entre Brasil e EUA, destacando que foram mais de 30 reuniões presenciais, virtuais e por telefone desde março de 2025.

"Somente com Jamieson Green (Representante Comercial dos EUA/USTR) e com Marco Rubio foram realizados 11 contatos, incluindo as reuniões entre os presidentes", completou Vieira.

MOTIVAÇÃO POLÍTICA

O governo brasileiro vinha defendendo que a ameaça de tarifaço usada pelo governo Trump contra o Brasil tem motivação política, mirando as eleições. Para analistas consultados pela Agência Brasil, a medida seria uma forma de enquadrar o país, que não teria adotado um alinhamento político com Washington como a

Casa Branca gostaria.

No pronunciamento de ontem, o ministro Mauro Vieira reforçou que não há qualquer justificativa para adoção das tarifas contra o Brasil.

O ministro lembrou do tarifaço de julho de 2025 de 50% contra o Brasil "por expressa motivação política em tentativa de interferência do poder judiciário brasileiro", em função do julgamento por tentativa de golpe de Estado liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Vieira acrescentou que foi no contexto do julgamento do 8 de janeiro que Trump pediu ao Escritório do Representante Comercial (USTR) do país para abrir uma investigação contra o Brasil baseado na Seção 301 Lei do Comércio dos EUA.

"Não custa reiterar que os EUA acumularam US\$ 424 bilhões em superávit de bens e serviços com o Brasil nos últimos 15 anos. Em 2025, 76% das importações originárias dos EUA entraram no Brasil sem pagar imposto de importação, incluindo oito dos dez principais produtos dos EUA importados pelo Brasil", afirmou Vieira.

Para o chanceler, apesar da motivação política, o Brasil continuou ativo nas negociações tentando costurar um acordo que evitasse o tarifaço anunciando quarta-feira. "Não houve, portanto, racionalidade na aplicação destas tarifas", disse.

PIX E DESMATAMENTO

Sobre o Pix, que é um dos alvos da investigação dos EUA sobre o Brasil, o chefe do Itamaraty disse que as acusações contra o mecanismo são "descabidas".

"O PIX é uma infraestrutura pública de pagamentos criada pelo Banco Central e está disponível a todas as instituições que atuam no Brasil. Não é sério falar em competição desleal gerada pelo PIX", disse.

O ministro Mauro Vieira acrescentou ainda que as acusações contra o desmatamento ilegal no Brasil também não se sustentam.

"Desde 2022, reduzimos significativamente o desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Todas as rejeições dos norte-americanos para justificar a aplicação de tarifas não têm lastro na realidade", finalizou.

GUERRA

EUA ampliam ofensiva contra Irã e atingem região de Teerã

Os Estados Unidos intensificaram os ataques contra o Irã na madrugada de ontem, ampliando a ofensiva para áreas mais ao norte do país e atingindo, pela primeira vez nesta nova escalada do conflito, regiões próximas à capital, Teerã. A ação foi seguida por uma retaliação iraniana com mísseis e drones contra países do Oriente Médio que abrigam forças americanas, elevando novamente o risco de um conflito regional de maiores proporções.

Segundo a imprensa estatal iraniana, os bombardeios americanos atingiram áreas nos arredores de Teerã e a província de Semnan, onde estão concentradas instalações ligadas à produção de mísseis balísticos e ao programa espacial iraniano. Também houve relatos de ataques nas províncias de Hamedan, Hormozgan, Khuzistão, Lorestão, Markazi e Sistão-Baluchistão.

Além da ofensiva aérea, militares americanos abriram fogo contra o petroleiro Belma, de

bandeira de Curaçao, que seguia em direção à Ilha de Kharg, principal terminal de exportação de petróleo do Irã, no Golfo Pérsico. De acordo com as Forças Armadas dos Estados Unidos, a embarcação ignorou repetidos avisos para interromper a navegação e foi atingida por um míssil disparado por uma aeronave militar, que danificou sua chaminé e a incapacitou.

A nova onda de ataques ocorre dias após o fracasso do acordo provisório que buscava interromper os confrontos entre Washington e Teerã. Desde então, as duas potências voltaram a trocar ataques em diferentes pontos do Oriente Médio, enquanto o Irã renovou as ameaças de restringir o tráfego no Estreito de Ormuz, uma das principais rotas marítimas para o transporte global de petróleo.

Autoridades iranianas afirmam que os bombardeios americanos já deixaram mais de 35 mortos e cerca de 300 feridos desde o início da nova fase do

conflito.

Em resposta à ofensiva desta quinta-feira, o Irã lançou mísseis e drones contra alvos no Bahrein, na Jordânia e no Kuwait, países que hospedam bases militares americanas. Até o momento, não há confirmação de mortos ou feridos nesses ataques.

O porta-voz do Quartel-General Central Khatam al-Anbiya das Forças Armadas iranianas, coronel Ebrahim Zolfaghari, voltou a ameaçar uma escalada militar caso Washington amplie os bombardeios contra a infraestrutura do país.

"Toda a infraestrutura da região será destruída sob os golpes de aço das poderosas forças armadas da República Islâmica do Irã", afirmou Zolfaghari. O militar também reiterou que Teerã não aceitará qualquer interferência americana no Estreito de Ormuz. "Em hipótese alguma permitiremos que os Estados Unidos, como país estrangeiro e extrarregional, interfiram no Estreito de Ormuz. Esta é a linha vermelha in-

transponível do Irã", declarou

Na véspera, os Estados Unidos já haviam intensificado o ritmo das operações ao realizar ataques durante o dia, incluindo um bombardeio contra instalações militares na Ilha de Tunb, ponto estratégico no Estreito de Ormuz. Outro ataque teve como alvo um quartel da 388ª Brigada de Infantaria Mecanizada do Irã, na província de Sistão e Baluchistão. Segundo a televisão estatal iraniana, ao menos sete militares morreram e outros ficaram feridos após o lançamento de 13 mísseis.

Também ontem, o primeiro-ministro do Iraque, Ali al-Zaidi, condenou um ataque com drones contra a cidade de Erbil, na região autônoma do Curdistão iraquiano. O artefato foi interceptado pelas forças de segurança locais. O episódio ocorreu enquanto o premiê cumpria agenda nos Estados Unidos, onde afirmou que pretende avançar no desarmamento de grupos armados não estatais, incluindo milícias apoiadas pelo Irã.

Nota

TESTEMUNHAS RELATAM ESTRONDO NO CENTRO DE DUBAI E AÉREAS ALTERAM VOOS PARA OS EMIRADOS

Testemunhas relataram ter ouvido estrondos no centro de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, ontem, informou o Jerusalem Post. As explosões ocorreram após relatos de interceptação de mísseis sobre a cidade em meio a novos ataques iranianos contra alvos nos Emirados Árabes Unidos, informou a EuroNews. Os ataques iranianos foram retomados após meses e não ocorriam desde o cessar-fogo entre os EUA e o Irã e a assinatura de um memorando de entendimento para encerrar a guerra em meados de junho. As tensões causam transtornos para viajantes que voam ou partem dos Emirados Árabes

Unidos. A Gulf News informou que a British Airways e da Singapore Airlines estenderam a suspensão de voos para destinos na região até outubro, sinalizando que as companhias aéreas permanecem cautelosas apesar de uma gradual diminuição das tensões em outros lugares. Os voos entre Singapura e Dubai foram cancelados até 24 de outubro, anunciou a Singapore Airlines nesta quinta-feira, segundo a Gulf News. Os clientes afetados pelos cancelamentos podem solicitar o reembolso integral da parte não utilizada da passagem, disse a companhia. Passageiros com voos para Dubai operados pela British Airways receberam mais uma semana para cancelar ou alterar seus planos de viagem, após a companhia aérea estender sua política de flexibilidade para o Oriente Médio até 31 de outubro.